



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1000200-14.2018.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: Claudemir do Carmo dos Santos, Gabrielle Cristina Santos, Izabelle  
 Joaquim Santos e Luiz Fernando Joaquim dos Santos  
 Inventariado(a,s): Elisabeth Joaquim dos Santos

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Confirmada a renúncia de herança (fl. 70), HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 1/12, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Só depois do recolhimento das custas processuais (o que deverá ser certificado nos autos), será possível aos herdeiros a obtenção de formal de partilha no Tabelionato de Notas. A FESP recebeu senha para o lançamento administrativo-tributário do ITCMD, competindo ao Oficial do CRI, quando da qualificação do título, verificar se se efetivou o recolhimento do tributo ou se obtiveram a isenção tributária. Normas da E.CGJ não suplantam dispositivo de lei quanto a esse aspecto, por isso não será dado ao Tabelião de Notas exigir que se cumpra item das Normas que exige prova do recolhimento do tributo como condição para a expedição do formal de partilha.

Diante da resolução consensual da partilha, a publicação desta nos autos gerará, automaticamente, o seu trânsito em julgado, pelo que dispensio o cartório de lançar a certidão respectiva.

Publique e intinem-se. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 25 de abril de 2018

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**